

# Ação, ordem e cultura: fundamentos de um programa de pesquisa weberiano<sup>1</sup>

**Wolfgang Schluchter<sup>2</sup>**

## Resumo

Mais do que interpretar, é preciso desenvolver Max Weber. Partindo desta premissa, o artigo situa o estado atual da discussão teórica atual em sociologia e apresenta dez pontos-chaves para a construção de um paradigma Weber ou um programa de pesquisa weberiano.

**Palavras-chave:** Max Weber, Paradigma Weber, Ação, Ordem, Cultura.

## I Observação preliminar

Existe um paradigma Weber? E, se ele existe, quais suas características? Minhas observações sobre este tema estão divididas em duas partes. Começarei com duas observações preliminares, seguidas pela explicação de dez conceitos-chave a partir das quais devem ficar claros os fundamentos de um programa de investigação weberiano, tal como traduzo o “paradigma Weber”; também se poderia falar de uma sociologia compreensiva e empírica da ação, da ordem e da cultura. Em seguida, subdivido estes conceitos em duas partes que correspondem à estrutura dos *Soziologische Grundbegriffe*

1 Tradução realizada por Carlos Eduardo Sell, professor do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Professor emérito da Rupert-Karl-Universität Heidelberg, na qual atuou como professor catedrático entre 1976 e 2006. Realizou estudos superiores em Germanística, Filosofia e Sociologia entre 1957 e 1964 em Stuttgart, Tübingen, Munique e na Universidade Livre de Berlim. Defendeu sua tese em 1967 na Universidade Livre de Berlim e obteve a Habilitação em Sociologia em 1974 na Universidade de Mannheim. Foi professor visitante em inúmeras universidades dos Estados Unidos, da Alemanha e da Ásia. Com inúmeras publicações dedicadas ao pensamento de Max Weber e é um dos principais editores da coleção *Max Weber Gesamtausgabe* [Obras completas de Max Weber].



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

[Conceitos Sociológicos Fundamentais] de Max Weber: “I. Fundamentos metodológicos, II. Conceitos de ação social”, como ali afirmado. Como é conhecido, entre os parágrafos 2 a 17, Weber emprega o conceito de ação social como ponto de partida para conduzir o leitor da ação e da ação social até a organização, passando pela relação social e pela ordem, elaborando conceitos específicos para cada um destes níveis de análise, estes que, por sinal, não são desdobrados de modo genético, mas lógico. Não trato aqui de sua arquitetura, exposta em Schluchter (2000), bem como renuncio à tarefa de aprofundar com mais detalhes cada um destes conceitos. O que busco é retomar sua linha argumentativa através dos conceitos de ação, ordem e cultura. Exponho, portanto, *minha* versão dos *Soziologische Grundbegriffe* que, não obstante, busca conectar-se com aquela de Weber. Os *Soziologische Grundbegriffe* de Max Weber são o resultado de sua dedicação de mais de 20 anos aos problemas aqui mencionados. E, ainda que muitas das formulações conceituais da segunda parte sejam novas se comparadas com o artigo sobre as Categorias de 1913 ou com o artigo sobre Stammerl de 1907, também existe uma evidente continuidade de conteúdo entre eles ou mesmo com outros escritos compostos anteriormente. De fato, desde “Roscher e Knies e os problemas lógicos da economia política histórica” (de 1903 a 1906), passando por “*A objetividade do conhecimento sócio-político e científico-social*” (1904), “*Superação da concepção materialista da história por parte de R. Stammerl*” (1907), “*Objecções sobre a seleção e adaptação (eleição profissional e destino profissional) dos operários da grande indústria*” (1908), “*Teoria da utilidade marginal e a constituição psicofísica*” (1908), até seu primeiro manifesto público por uma sociologia compreensiva e empírica no artigo sobre as categorias de 1913<sup>3</sup> (“*Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*”<sup>4</sup>), Weber fez um enorme esforço para aclarar os instrumentos conceituais de uma ciência da ação e da ordem, primeiramente no campo da economia política; depois, progressivamente, no campo da

3 Como se sabe, o texto das categorias possui duas partes. A segunda parte foi escrita em 1913. Conferir os detalhes em Schluchter (2000, p. 179 ss).

4 Com exceção da *Rebung*, todos os outros textos encontram-se na *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (doravante: WL) de Weber (1968). A compilação foi feita originalmente por Marianne Weber. O próprio Weber, que planeja uma compilação de seus ensaios metodológicos, também incluiu ali as “*Erhebungen*” que foram publicadas e comentadas em Schluchter (1995).

sociologia (incluindo a economia política). No campo da economia política, este esforço já pode ser localizado no período anterior ao colapso da saúde de Weber ou, para formular de modo mais neutro: ainda antes da virada do século.<sup>5</sup> Porém, somente a partir de 1903 este esforço adquire contornos definidos. Portanto, o que visualizamos na primeira parte dos *Soziologische Grundbegriffe*, os “fundamentos metodológicos”, já se encontra, ainda que de forma menos precisa, nos escritos acima mencionados. Em diversas passagens, é o próprio Max Weber que nos chama a atenção para este fato. Naturalmente, isto não significa que desde 1903 (publicação do “*Método histórico de Roscher*”) até 1920 (publicação dos *Soziologische Grundbegriffe*) não se tenha produzido nenhum avanço, ainda que, do ponto de vista metodológico e conceitual, tais modificações sejam menos decisivas do que aquelas que verificamos em sua sociologia empírica, caso de sua sociologia da religião, por exemplo.

Minha primeira observação preliminar se refere ao subtítulo de minha contribuição: o que significa um “programa de pesquisa weberiano”?

O conceito de “programa de pesquisa” tem, na teoria pós-empirista da ciência, um sentido preciso que foi desenvolvido na controvérsia entre Thomas Kuhn, Karl Popper e Imre Lakatos<sup>6</sup>. Trata-se do problema da relação entre teoria da ciência e história da ciência ou entre a lógica do conhecimento e a psicologia e sociologia do conhecimento e, sobretudo, da superação de um falsificacionismo ingênuo com sua representação de uma *instant rationality*. Recorrendo à história das ciências naturais, Kuhn buscou mostrar que o processo de investigação se desenvolvia de maneira diferente daquela que Karl Popper, em sua *Lógica da pesquisa científica*, prescrevia normativamente com seu falsificacionismo fundado em um realismo metafísico. O progresso científico, segundo Kuhn, acontece, “em regra”, sob o domínio de um paradigma assegurado dogmaticamente que busca subtrair-se de qualquer crítica fundamental e que é colocado em

5 Isso já fica demonstrado no curso de economia política geral que Weber ofereceu regularmente antes de seu problema de saúde, o *Grundriss zu den Vorlesungen über Allgemeine (“theoretische”) Nationalökonomie*, onde Weber (1990, p. 29 ss) parte do “tipo ocidental moderno de homem e de seu agir econômico” e confronta o sujeito econômico construído – o homem não realista da teoria abstrata – com o homem empírico”.

6 Sobre esse tema, ver: Imre Lakatos e Alan Musgrave (1970).

xeque apenas quando, após longa fase de hegemonia, não só aumentam as anomalias mas também nossa imagem de mundo se modifica, gerando uma crise intelectual pela qual aquilo que se considerava até então seguro perde sua força de aglutinação e persuasão. Dessa forma, surge uma situação revolucionária durante a qual o paradigma dominante até aquele momento declina e na qual, após uma longa luta, ele é substituído por outro que, agora, ocupa novamente uma posição monopolística e com a qual começa uma nova etapa normal da ciência. O progresso da ciência se produz mediante essa sucessão de etapas “normais” e “revolucionárias”. Somente no momento das situações revolucionárias é que podemos falar de pluralismo, pois, nas situações normais, os pontos de vista alternativos são relegados à margem. Apesar de substituir o confuso conceito de paradigma pelo conceito muito mais amplo de matriz disciplinar, Kuhn se aterra a esta imagem que a história da ciência parece confirmar. Já Karl Popper – e com razão – classificou a etapa “normal” de Kuhn como patológica. Imre Lakatos, por sua vez, buscou uma solução de compromisso entre essas posições através do conceito de programa de pesquisa científica. Sua posição, depurada de seu latente dogmatismo, concorda com a exigência de Popper de uma crítica empírica e teórica, também se pode afirmar: com o criticismo de Popper, para quem o pluralismo metodológico é algo do qual não se pode renunciar em *nenhuma* etapa do desenvolvimento científico.

A partir do conceito de programa de pesquisa, surgem três conclusões:

1. Não deve haver apenas um programa de investigação; é preciso que existam vários competindo entre si. No entanto, para cada um deles, deve valer a simultaneidade entre pressupostos axiomáticos e crítica. Não se pode criticar tudo de uma só vez, da mesma forma como é recomendável sustentar um programa de pesquisa que se tornou problemático enquanto não se está em condições de substituí-lo por um melhor. Nesse sentido, Max Weber também pensava que não existe nenhuma ciência *isenta de pressupostos* e que o progresso científico se realiza, em última instância, como luta na forma de competição pacífica<sup>7</sup>.

---

7 Conferir, a esse respeito, minha “Réplica” em Agathe Bienfait e Gerhard Wagner (1998).

2. Nos programas de pesquisa, podemos distinguir entre uma heurística negativa e outra positiva. A heurística *negativa* protege os pressupostos axiomáticos, o núcleo duro que, em princípio, não se encontra disponível; já a positiva permite a elaboração das etapas da verificação empírica de uma teoria.
3. No marco de um programa de investigação sempre se deve aspirar à *ampliação do conteúdo*, evitando a tendência *degenerativa*. Nem sempre é claro qual ação científica proporciona uma ou outra, mas o que cabe exigir é: evitar a imunização *absoluta*.

Nesse sentido, não falo aqui de um *paradigma Weber*; porém, de um programa de *pesquisa Weber*, mais precisamente, de um programa de pesquisa *weberiano*<sup>8</sup>. Por que essa distinção? Isso me conduz ao meu segundo conceito.

Weberianismo é uma denominação que determinados sociólogos americanos gostam de utilizar para caracterizar uma orientação sociológica próxima a Max Weber<sup>9</sup>. Retomo essa designação na medida em que não desejo apenas interpretar Weber mas também explicitá-lo. Explicitar significa: adotar apenas a forma de colocar os problemas e não necessariamente sua forma de solucioná-los<sup>10</sup>. Explicar significa apenas a continuação de um pensamento no qual se antecipa e se recorre a outras coisas e a outro. Já explicitar, por sua vez, não significa revelar a natureza de algo, como em Hegel, ou levar um saber implícito à consciência, como em Habermas. Trata-se, antes, de melhorar a solução do problema diante de um problema já dado. Em minha opinião, o modo como Weber formula os problemas em questões metodológico-conceituais continua perfeitamente atual.

8 Em outros lugares, também denomino este programa de pesquisa de “kantianizante” (SCHLUCHTER, 1988, p. 80 ss), já que ele surgiu da transformação de uma posição fundamentalmente filosófica. O pano de fundo dessa denominação é a história da teoria. Tais denominações não se excluem; antes, apoiam-se reciprocamente.

9 Ver: Jeffrey Alexander (1990, p. 15 ss).

10 É dessa maneira que já tinha tratado, ainda em 1979, desse tema em *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus: Eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte* (SCHLUCHTER, 1979, p. 14). Esse mesmo foi publicado, depois, em edição de bolso, com uma ligeira modificação de seu título, como: *Die Entstehung des modernen Rationalismus: Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents* (SCHLUCHTER, 1998), com uma detalhada exposição da razão que motivou a mudança do título.

Parafraseando Weber (WEBER, 1968, p. 214), a “luz dos grandes problemas culturais” parece ter se expandido aqui mais lentamente que no caso das suas análises materiais. Nesse caso, pelo menos, a necessidade de revisão dos problemas parece ser menor<sup>11</sup>. É claro que aqui também os problemas se ampliaram; em especial, devido às descobertas da teoria dos jogos ou do giro linguístico na teoria da cultura. No entanto, tais desdobramentos podem ser perfeitamente incorporados pela sociologia empírico-compreensiva de Max Weber. Por essa razão, ela representa, segundo meu ponto de vista, um programa de pesquisa ainda válido no contexto da discussão teórica atual.

Isso me conduz à minha segunda observação preliminar, que diz respeito ao estado atual da discussão teórica na sociologia. Eu a vejo marcada por três zonas de conflito, cuja caracterização geral me permitirá localizar o programa de pesquisa weberiano: trata-se do conflito entre a teoria dos sistemas e a teoria da ação; e, em seu interior, da disputa entre a teoria da ação comunicativa e a teoria da ação subjetivamente significativa e que, por sua vez, envolve ainda o conflito entre a teoria da escolha racional e a teoria do ator orientado por regras. Cada uma dessas teorias, por sua vez, inclui também uma teoria da ordem – em termos mais gerais, uma teoria da estrutura –, quer dizer, uma perspectiva de múltiplos níveis. Dessa forma, pode-se sustentar que estas teorias, apesar de suas diferenças, compartilham uma série de problemas teóricos comuns. Cada uma delas – inclusive a teoria dos sistemas – discute o conceito de sentido, o mutualismo, o paradigma da interação, a dupla contingência e o conceito de compreensão, embora elas apresentem soluções que diferem substancialmente. Também as teorias da ação acima mencionadas possuem semelhanças, pois elas estão centradas nos agentes e assumem como premissa sua competência linguística e sua capacidade de agência, bem como a perspectiva de múltiplos níveis, ainda que elas interpretem os fatores não sociais do social de maneira distinta<sup>12</sup>. Ademais, todas elas desenvolvem uma teoria do ator social capaz de

11 Tratei de demonstrar a necessidade de uma revisão na sociologia weberiana da religião especialmente no volume 2 de *Religion und Lebensführung* (SCHLUCHTER, 1991). Vejam-se também os seis volumes, por mim coordenados, acerca dos estudos comparativos sobre a ética das religiões mundiais, terminada e planejada por Max Weber (SCHLUCHTER, 1981, 1983, 1984, 1985, 1987), todos publicados em Frankfurt por Suhrkamp.

12 Trata-se da diferença entre a ordem da ação e da ordem para a ação, tema para o qual a ordem econômica chama nossa atenção. Uma ordem de mercado é uma ordem para o agir de mercado, uma intercâmbio é uma

fazer escolhas, ou seja, uma teoria voluntarista da ação, o que obviamente não significa que devemos equipará-las com a teoria de Talcott Parsons. Um programa de pesquisa weberiano, que eu equiparo à teoria do ator orientado por regras<sup>13</sup>, deve firmar-se no confronto com estas três posições teóricas: contra uma teoria dos sistemas (radicalizada) *à la* Luhmann, contra a teoria da ação comunicativa *à la* Habermas e contra a teoria do ator maximizador de interesses tal como defendida por economistas e também por certos sociólogos e que costuma ser rotulada como *rational choice*. Sem dúvida, existem muitas variantes delas; desse modo, também se poderia falar de uma família de teorias. Isso se aplica, ainda, à sociologia empírico-compreensiva no sentido amplo do termo – caso, além de Max Weber, de nomes como Alfred Schütz, Anthony Giddens ou Pierre Bourdieu.

O estado atual da discussão pode ser sistematizado da seguinte maneira:

### Quadro I – Atual estado da questão

<b>Critérios</b>	<b>Posições</b>		<b>Afinidades</b>
Sistema-ambiente ou Agente-situação	Teoria dos sistemas	Teoria da ação	Sentido, mutualismo, dupla contingência e compreensão.
Pragmática transcendental ou teoria da consciência	Teoria da ação comunicativa	Teoria da ação subjetivamente significativa	Capacidade de agência e competência comunicativa, socialização ( <i>Vergesellschaftung</i> ), comunitarização ( <i>Vergemeinschaftung</i> ) como individuação, institucionalização e interpretação, análise de múltiplos níveis.
Práxis ou <i>poiesis</i>	Teoria da ação orientada por regras	Teoria da ação orientada pelo cálculo de atividades	Maximização de interesses ou idealizações.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

ordem do agir no mercado, uma coordenação exitosa da ação, pelos menos na teoria. Sobre a relação entre a teoria da ação e a teoria da estrutura em geral, recomendo meu artigo Handlungs- und Strukturtheorie nach Max Weber, disponível em Wolfgang Schluchter (2000, p. 86 ss).

- 13 Aqui precisamos diferenciar entre o ponto de partida que guia as regras do ponto de partida daquele que obedece às regras. Esta última é uma ampliação do agente maximizador de utilidade e surgiu da ampliação do homo oeconomicus para o homo sociologicus.

Eu equiparo o programa de pesquisa weberiano com a teoria da ação orientada por regras. Mas, existe sustentação para isso na sociologia empírico-compreensiva de Max Weber? Eu asseguro que sim, desde que se observem algumas determinações preliminares, pois, para Weber (1956, p. 1), a sociologia é uma ciência empírica que “[...] pretende compreender interpretativamente a ação social e, deste modo, explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos”. Ele a define como uma ciência interpretativa da ação e que, desse modo, explica, ou seja, que também considera os efeitos da ação intencionados ou não intencionados em fenômenos macrosociais que já não podem ser compreendidos, apenas observados. A ação, assim prossegue Weber, “[...] deve entender-se como um comportamento humano (não importa se trata de um fazer, um sofrer ou tolerar externos ou internos) sempre e quando os agentes vinculem a ela um sentido subjetivo”. No centro da análise, portanto, está o conceito de sentido. Por ação social, continua sua definição, “[...] deve entender-se aquela ação que, segundo o sentido visado pelo agente ou pelos agentes, se relaciona com o comportamento de outros e que em seu curso se orienta segundo tal” (WEBER, 1956, p. 1). É neste contexto que se inserem o mutualismo e a dupla contingência o que ficam mais claros na definição de relação social, definida como “[...] um comportamento de vários agentes acordado mutuamente segundo o conteúdo de sentido e orientado desta maneira” (WEBER, 1956, p. 13, §3). Isso marca a transição da orientação da ação para o nível da coordenação da ação. Ora, já nestas poucas definições iniciais, podemos encontrar os elementos que são comuns a todas as teorias da ação: o conceito de compreensão, o conceito de sentido, o mutualismo e a dupla contingência, a análise de múltiplos níveis e a competência linguística e pragmática. O decisivo, porém, é como o conteúdo destes conceitos é definido e como eles são postos em relação, pois somente quando isso ocorre de modo determinado é que temos, de fato, um programa de pesquisa weberiano. Para ilustrar esse ponto escolhi dez termos-chave que serão doravante explicados. Ao mesmo tempo, busco mostrar onde devemos ir além da perspectiva weberiana e como podemos realizar isso. Isso justifica, portanto, o atributo “weberiano”. Apenas a interpretação, por si mesma, ainda que indispensável, não basta.



## **2 Conceitos centrais e explicações para um programa de pesquisa weberiano**

Escolho os seguintes conceitos, que se encontram em ordem lógica:

1. Racionalismo crítico.
2. Tipo ideal.
3. Compreensão explicativa.
4. Racionalismo heurístico.
5. Individualismo metodológico.
6. Análise de múltiplos níveis.
7. Orientação por resultado ou por valor intrínseco.
8. Discussão sobre o valor.
9. Luta de classes e de estamentos, bem como de ordens e organizações.
10. Personalidade.

Os conceitos 1 a 6 priorizam questões metodológicas e os conceitos 7 a 10 temas conceituais, mas não se trata de uma separação exclusiva.

### **2.1 Racionalismo crítico**

Quando falamos de “racionalismo crítico”, temos que diferenciar seu significado atual daquele utilizado no tempo de Weber. Atualmente, ele designa aquela corrente filosófica que inclui os nomes de Karl Popper e Hans Albert. Mas, na época de Weber, também se falava de “racionalismo crítico” e o próprio Weber aplicou este termo a si mesmo.

Quando sua saúde começou a se recuperar e ele retomou, paulatinamente, sua capacidade de trabalho, voltando a escrever – Marianne Weber (1926, p. 319) narra que na primavera de 1902 ele havia começado seu tratado metodológico sobre Roscher e Knies – ocupou-se “de problemas lógico-metodológicos fundamentais” (WEBER, 1968, p. 1). Tratava-se dos problemas da economia política. No artigo sobre a objetividade ele cita o caso de um desesperado aluno de Viena que, em seu exame, teria exclamado: “[...] duas economias políticas, uma teórica e outra histórica,

o que pode significar, então, a objetividade”? Ao voltar-se para “problemas lógico-metodológicos” fundamentais, Weber interessou-se exatamente por esta cisão apontada pelo aluno vienense. Ela parecia insuperável desde que, em 1880, se iniciou a controvérsia sobre os métodos na economia política, a controvérsia entre Menger e Schmoller, ou entre o enfoque teórico e histórico.

O que significa aqui lógico-metodológico? “Lógico” diz respeito à teoria do conceito e “metodológico” à teoria da interpretação. Quando Weber começou seu tratado sobre o “método histórico de Roscher”, a teoria do conceito ainda era mais importante para ele que a teoria da interpretação, mas era esta última que estava em jogo. Para aclarar os problemas lógicos, ele teve que recorrer à filosofia. Isso ele o faz, como se pode ver, em diversas partes de seus tratados lógico-metodológicos. Dois filósofos foram de especial ajuda para ele. Heinrich Rickert (1902), que acabava de finalizar seu estudo sobre os limites da formação dos conceitos nas ciências naturais, e o jovem Emil Lask, que havia se doutorado com seu estudo sobre “*O idealismo de Fichte e a história*”<sup>14</sup>. Ambos os escritos tratavam do problema da irracionalidade, problema que se conecta com a formação dos conceitos científicos, mas em Lask sob o aspecto gnosiológico e em Rickert sob o aspecto metodológico. Weber elogiou o trabalho de Rickert e utilizou – como se pode deduzir sem maiores problemas de seus artigos sobre Roscher – a classificação das posições lógicas fundamentais proposta por Emil Lask em sua tese: a diferença entre uma lógica analítica e outra emanatista e entre um racionalismo dogmático (pré-kantiano), crítico (Kant) e emanatista (Hegel). Weber assumiu esta proposta e incluiu na lógica analítica, ou seja, no racionalismo crítico, a diferenciação metodológica desenvolvida por Rickert entre ciências experimentais generalizadoras e individualizadoras. Portanto, a cisão entre o enfoque teórico e o histórico na economia política se converteu em uma cisão meramente aparente, pois se demonstrou que ambas tinham como fundamento a lógica analítica e, por extensão, o racionalismo crítico e construtivo de Kant. Nos termos dessa distinção, o

---

14 Os três primeiros capítulos de já haviam sido publicados em 1896. Rickert conta que Weber havia se mostrado cético frente ao prosseguimento do estudo. Rickert apresentou os capítulos 4 e 5 que, para Weber, foram decisivos. Weber se viu evidentemente surpreendido e sumamente comovido frente ao resultado. Emil Lask (1923, p. 1-274) menciona como seus professores: Rickert, Windelband e Hensel (nessa ordem).

que as diferenciava é que elas perseguiram objetivos cognitivos distintos, almejando a generalização (posição teórica) ou a individualização (posição histórica). Ambas as coisas eram igualmente possíveis e necessárias, pois, como homens de cultura, não estamos interessados apenas no geral, nas leis, mas também no individual, no fato de um fenômeno ter se desenrolado de determinada forma e não de outra (problema da individuação).

Com sua distinção, Rickert (1902) sugeria relacionar o trabalho das ciências culturais com a formação de conceitos individualizadores; no entanto, a economia política era uma ciência cultural generalizadora. Embora Weber compartilhasse de muitos pontos de vista de Rickert, ele entendia, por outro lado, que ele precisava ser complementado. No artigo sobre Roscher, ele afirmara que a posição metodológica sobre a qual Rickert baseava suas conclusões já “não era, para muitas ciências, nem a única possibilidade e nem mesmo o essencial”. Aliás, “é até possível”, prossegue ele, “aceitar sua tese de que os objetos da experiência interior e exterior não nos são dados da mesma maneira; porém, segue de pé – frente ao caráter por princípio inacessível da vida anímica dos demais, que ele mesmo ressalta – o fato de que todo o desenvolvimento da ação humana e toda expressão humana é acessível a uma interpretação de sentido, que para outros objetos somente poderia encontrar comparação sobre a base da metafísica”. E segue essa notável constatação:

[...] a possibilidade de dar esse passo para além do que nos é “dado” que representa aquela interpretação é aquele elemento específico que, apesar da reflexão de Rickert, justifica que se agrupe aqueles cientistas que se utilizam desse método em um grupo especial (ciências do espírito). Por essa razão, não é necessário cair no erro de achar que é necessário criar para elas uma ciência psicossocial sistemática que lhes sirva como fundamento, papel que seria exercido pela matemática. (WEBER, 1968, p. 12 ss, nota de rodapé)<sup>15</sup>.

A utilização metodológica da interpretação é válida na economia política, tanto na linha teórica quanto histórica, pois ambas lidam com expressões humanas, sobretudo com o desenvolvimento da ação humana. No entanto, para tratar a ação como objeto, a distinção de Lask

15 O trecho refere-se a Schmoller, que defendia para a economia uma psicologia das ciências do espírito à la Dilthey. Veja-se também a discussão de Weber com Lamprecht.

entre lógica analítica e lógica emanatista e a distinção proposta por Rickert entre conceitos generalizadores e individualizadores não é suficiente. A ela temos que agregar ainda uma teoria da interpretação. Weber (1968, p. 91) constatava que, nos idos de 1905, apesar dos esforços de Dilthey e de seus precursores, tal teoria ainda estava apenas em seus inícios, razão pela qual ele buscou apoio principalmente em Georg Simmel e no seu livro *Probleme der Geschichtsphilosophie*, cuja segunda edição (em 1905) acabava de ser publicada<sup>16</sup>. A esse respeito, tanto Lask como Rickert simplesmente permaneceram calados. No texto de Rickert sobre a formação dos conceitos (de 1902), ainda não encontramos nenhuma teoria da interpretação. É somente na segunda edição (de 1913) que, muito provavelmente, por conta das reflexões de Max Weber, ele insere algumas reflexões a esse respeito. O interessante é que o próprio Weber se referiu a esse fato em 1920. Na “Observação preliminar” aos *Soziologische Grundbegriffe* se indica que: “a propósito da compreensão deve-se confrontar a *Allgemeine Psychopathologie* de Karl Jaspers” (também corresponde mencionar aqui algumas observações de Rickert na segunda edição de *Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung* e, em especial, “*Probleme der Geschichtsphilosophie*” de Simmel”. Karl Jaspers, cuja teoria da compreensão é destacada por Weber, havia iniciado justamente um intercâmbio de ideias com ele<sup>17</sup>. Também é interessante que falta qualquer referência positiva à teoria das ciências do espírito de Wilhelm Dilthey que Schmoller, na controvérsia sobre o método, havia elogiado como modelo para o método da economia política – e não é apenas aqui que ela falta.

Até mais tardar, no artigo sobre Roscher, foi ficando cada vez mais claro para Weber que a economia política também era uma ciência compreensiva tanto na linha histórica quanto teórica. Ela se ocupa tanto com o sentido textual (expressões humanas verbais) quanto com o sentido da ação (curso da ação humana). Ainda que a economia política não seja

16 A primeira edição, de 1892, não é relevante nesse contexto. Weber considera relevantes as páginas 27-62 da segunda edição (WEBER, 1968, p. 92).

17 Sobre a relação entre Weber e Jaspers e sobre a teoria da compreensão de Jaspers que contém, ainda, uma crítica da psicanálise, veja-se Mathias Bormuth (2002). Na página 38, o autor cita Jaspers com a seguinte observação: “[...] entre a Sibila de uma ‘mitologia do cérebro’ das ciências naturais e Caribdis de uma ‘psicomitologia hermenêutica’. Essa observação corresponde à concepção weberiana da compreensão psicológica”.

indiferente ao sentido textual, ela não é, em princípio, uma ciência textual como as outras ciências culturais, mas uma ciência da ação e, como tal, tem como tarefa a interpretação do sentido da ação. Em seu primeiro artigo sobre Knies, de 1905, Weber (1968, p. 69) é muito claro: “[...] nossa necessidade causal também exige que, quando está fornecendo, pelo menos em princípio, a possibilidade de interpretação ela possa ser realizada”, ou seja, a mera relação com uma regra do acontecer que somente pode ser observada empiricamente não é suficiente para a interpretação da “ação” humana. É necessário que se interprete também o “sentido” da ação”. A interpretação, para Weber, não é a subsunção de um fato às regras do acontecer. Hipóteses nomológicas e hipóteses interpretativas são, para ele, coisas distintas. Além disso, as hipóteses interpretativas também estão a serviço das hipóteses nomológicas. A economia política e a sociologia são ciências da ação que pretendem compreender interpretativamente a ação, e, dessa forma, explicar causalmente seu curso e seus efeitos. Interpretação e explicação causal não se contrapõem. As hipóteses de interpretação não se subtraem à generalização, como destaca expressamente Weber. A sociologia é uma ciência da ação generalizadora, tal como a economia política teórica. No parágrafo 1, nota 11, dos *Soziologische Grundbegriffe* de 1920, Weber (1956, p. 9 ss) menciona:

A sociologia constrói – o que já foi pressuposto várias vezes como óbvio – conceitos de tipos e procura regras *gerais* dos acontecimentos. Nisso se contrapõe a História, que busca a análise e imputação causal de ações, formações e personalidades *individuais culturalmente* importantes. A conceituação da sociologia encontra seu *material*, como caos exemplares e essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, nas realidades de ação consideradas também relevantes do ponto de vista da história. Forma seus conceitos e busca suas regras, sobretudo, *também* levando em conta se, com isso, pode prestar um serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente relevantes. Como toda ciência generalizadora, seus conceitos, devido à peculiaridade de suas abstrações, têm de ser relativamente *vazios* quando ao conteúdo diante da realidade histórica concreta. O que pode oferecer, em compensação, é a maior univocidade dos conceitos.

O programa de pesquisa weberiano se compromete com esta visão de que a sociologia é uma ciência empírica e compreensiva da ação que se utiliza simultaneamente da observação teórica e histórica, ainda que, em Weber, ela ainda esteja situada em uma concepção teórica que, em parte,

já está superada. A razão é que Weber, como muitos de seus contemporâneos e mesmo outros antes dele, ainda é influenciado por uma imagem das ciências naturais oriunda da visão mecânica do mundo da física de Newton. A física, tal como ela se desenvolveu a partir do descobrimento da teoria da relatividade, ainda não estava no seu horizonte<sup>18</sup>. A famosa diferenciação de Windelband entre ciências nomotéticas e ideográficas reflete, certamente, este estado da história da ciência. Rickert chegou a ir mais longe do que Windelband, mas somente no que tange à ideografia, não à nomotética. Atualmente, o processo de conhecimento que ocorre nas ciências naturais é descrito pela teria pós-empirista da ciência, da mesma forma que Weber, seguindo Rickert, imaginava ser uma exclusividade das ciências culturais. Também as ciências naturais procedem, para ater-me à terminologia da época, segundo relações com valores, quer dizer, selecionando e constituindo objetos. Independentemente do que se pense sobre a teoria da relação de valores de Rickert – e existem sérias dúvidas filosóficas a respeito – de todo modo (já) não deveria residir aqui a diferença entre as ciências naturais ou culturais. O atual racionalismo crítico ignora essa velha confrontação. Isso não significa, certamente, que as ciências culturais e naturais sejam ambas ciências da ação, já que esta última necessita de uma teoria da interpretação para a dedução do seu objeto. À diferença dos acontecimentos naturais, é possível interpretar os fenômenos da ação e, como já dito, nossa necessidade causal exige, segundo Weber, “que quando surge a possibilidade de interpretar, isso seja feito”. As ciências da ação mantêm sua posição particular, não sobre a base de alguma lógica própria, senão de um método próprio, um método que Weber explica de maneira similar nos seus *Soziologische Grundbegriffe*.

## 2.2 Tipo ideal

Isso nos conduz justamente àquela parte da teoria responsável pela enorme fama de Max Weber: a teoria do tipo ideal, na qual alguns vêm sua única contribuição original para a lógica e a metodologia das ciências sociais, ou das ciências culturais como ciências da ação<sup>19</sup>. O que logo chama

18 Em oposição, por exemplo, a Georg Herbert Mead, que era um contemporâneo de Weber.

19 Cf. Thomas Burger (1976).

atenção é o fato de que Weber elabore o conceito de tipo ideal no contexto das suas discussões lógicas. No artigo sobre a objetividade ele o diferencia, por um lado, da teoria do racionalismo dogmático e emanatista e, de outro, do ideal do conhecimento generalizador das ciências naturais e do esforço por construir conceitos genéricos. O tipo ideal como “uma imagem intelectual” não é a realidade histórica, (contra o racionalismo dogmático) tampouco a realidade autêntica (contra o racionalismo emanatista) e, muito menos, serve como esquema no qual a realidade deveria ser pensada como exemplar (contra o ideal de conhecimento das ciências naturais no marco do racionalismo crítico), senão que contém o significado de um conceito limítrofe puramente ideal, a partir do qual se mede a realidade para explicar determinados componentes significativos de seu conteúdo empírico, com o qual é “*comparada* à realidade” (WEBER, 1968, p. 195).

De acordo com essa formulação, pode parecer que não apenas a linha histórica da economia, mas também a linha teórica – já que aqui se trata de sua relação – trabalhem exclusivamente com conceitos genéticos ou históricos que provenham de uma formação de conceitos individualizadora. Várias passagens de *A objetividade* poderiam ser lidas dessa forma, como se esse constituísse seu plano de fundo. Por outro lado, trata-se quase de um mesmo contexto de tipos ideais de caráter geral e individual; isso já se explica a partir das construções da economia política teórica (WEBER, 1968, p. 130)<sup>20</sup>. Weber comenta sobre tipos ideais genéricos ou de conceitos de gênero próprios do tipo ideal<sup>21</sup>, evidentemente, para dar conta do procedimento generalizador da economia política teórica. Isso nos dá a impressão de que ele entrou em um dilema, já que, em princípio, acaba misturando “lógica” e “metodologia” no tipo ideal.

O mesmo parece ocorrer com a idealização que está ligada ao tipo ideal, já que idealizações, reconhece Weber, ocorrem tanto em relação a fenômenos naturais quanto em relação às ações. Dessa maneira, “a não validade empírica do espaço pseudoesférico afeta tão pouco a “exatidão” de sua construção” (WEBER, 1968, p. 131), como o desenvolvimento da

20 Entre a formulação no artigo sobre a objetividade e essa formulação, passaram-se dois anos.

21 A esse respeito, ver Max Weber (1968, p. 202) em *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* e a “carta modelo” dos diversos conceitos na página 205.

ação empírica diverge da “exatidão” da construção de uma ação racional. No entanto, Weber insiste com ênfase sobre a diferença que existe entre uma hipótese interpretativa do desenrolar de uma ação e uma hipótese nomológica a respeito de fenômenos naturais. Uma “lei natural hipotética”, formula ele em 1906, “[...] que falha definitivamente em um único caso, perde validade total e para sempre sua validade. Mas as construções típico-ideais da economia, ao contrário, não pretendem – quando corretamente entendidas, validade geral, como reivindicam para as leis naturais” (WEBER, 1968, p. 131). Se fizermos abstração do falsificacionismo ingênuo expresso nessa formulação, pode-se fundamentar essa diferença, senão lógica, pelo menos metodologicamente, a saber, com o fato de que o objeto da economia política consiste em cursos de ação, ou seja, em algo que possui sentido, ainda que combinado com elementos alheios ao sentido. As hipóteses de interpretação traçam um desenvolvimento da ação idealizado – ou seja, possível – de validade empírica problemática, devido ao fato de que o agente pode atuar em princípio da maneira formulada pelo observador na hipótese de interpretação; mas, obviamente, não tem a obrigação de fazê-lo. Em princípio, isso vale especialmente para as hipóteses de interpretação racionais que, por exemplo, “[...] constroem mentalmente as consequências de determinadas situações econômicas em condições de ação estritamente racional” (WEBER, 1968, p. 130). Uma pedra que cai não elege, em condições reais ou mesmo idealizadas. Um agente também está submetido às leis naturais; porém, com respeito às leis da ação, ele é livre. Isso também ocorre quando ele segue a lógica de uma situação social<sup>22</sup>, pois ele se adapta por vontade própria. Os tipos ideais são, pois, conceitos que somente encontramos – no sentido estrito – nas ciências da ação. Mas, como eles também visam à construção de regras gerais da ação, é claro que os tipos ideais também podem ser de caráter geral. Obviamente isso não elimina a diferença entre hipótese de interpretação e hipótese nomológica: a “lei” de uma ação e a lei natural são coisas absolutamente diversas. Logo, a teoria dos tipos ideais de Max Weber é uma teoria exclusiva para as ciências da ação; e, fora deles, ela tem pouco sentido. Somente nesse contexto

---

22 A lógica da situação, mais tarde aperfeiçoada por Popper, encontra em Max Weber um de seus precursores (NORKYS, 2001, p. 110 ss).



ele faz sentido, porque apenas os seres humanos podem orientar-se. Tanto a idealização utilizada pelo observador para fins heurísticos como o ideal ao qual o participante aspira coincidem apenas em casos limite. Isso ocorre fundamentalmente porque somos seres racionais. É o que formula Weber (1920, p. 537)<sup>23</sup> em passagem central de sua sociologia da religião para, entre outras coisas, legitimar a utilização do tipo ideal:

[...] também o racional, no sentido de coerência de uma tomada de posição teórico-intelectual ou ético-prática exerce, nesse momento (e o fez sempre), um poder sobre os homens por limitado e instável que tenha sido, ou seja, por toda parte, este poder em comparação com outros poderes do viver histórico.

## 2.3 Compreensão explicativa

Uma sociologia compreensiva e empírica se ocupa também das razões que determinam a ação. Também se pode afirmar que ela trata as razões como causas, sempre que as razões possam ser identificadas. Nem sempre esse é o caso, e as razões que ela identifica nem sempre são as verdadeiras ou as corretas, apenas aquelas subjetivamente corretas, ou seja, aquela em que se baseia a ação dos agentes. Weber também chama uma razão com sentido de motivo. Para serem compreendidos, os motivos devem ser inseridos no seu contexto de sentido. A perspectiva do observador deve unir-se à perspectiva do participante; porém, isto não significa, salvo em casos limites, em que ambas coincidam. Aliás, o ideal como critério de orientação da ação e o tipo ideal como instrumento de conhecimento seguem sendo coisas absolutamente distintas, mesmo em casos limite. As ciências da ação social, como a sociologia, a economia política ou a ciência histórica, utilizam a interpretação pragmática, embora isso não signifique que elas necessitem ater-se apenas a isso. Em certas circunstâncias, elas também devem utilizar a interpretação psicológica. Weber reconheceu, especialmente no contexto de seus estudos sobre a psicofísica e sobre a psicologia experimental da escola de Krepelin, que uma ciência da ação não pode limitar-se à teoria da interpretação e a compreensão pragmática, incluindo também a compreensão psicológica<sup>24</sup>.

23 Em *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*.

24 Tratei desse assunto, de forma detalhada, em meu estudo *Physik und Kultur: Max Weber über Psychophysik* (SCHLUCHTER, 1996, p. 71 ss), assim como as passagens escritas em 1913 nas categorias, particularmente

A razão para isso é simples: muitas razões permanecem, por motivos pragmáticos, inacessíveis tanto para o observador quanto para o participante ou mesmo para ambos e não podem ser simplesmente deduzidas da lógica da situação. Isso fica claro quando recorremos ao esquema triangular de Vilfredo Pareto que Gert Albert (2002, p. 625) voltou a incorporar, recentemente, ao debate<sup>25</sup>. É somente no caso III que as razões são causas e surge a possibilidade da compreensão explicativa.

A interpretação de Pareto (quadro a seguir) é a seguinte:

- I. O Estado psíquico A provoca a convicção C e o comportamento B, ainda que não exista relação direta entre C e B. Esta situação ocorre quando se afirma que “as pessoas fazem B e acreditam em C”.
- II. O Estado psíquico A ocasiona a convicção C que provoca o comportamento B. Esta situação corresponde à afirmação de que “as pessoas creem C porque fazem B”.
- III. O Estado psíquico A dá lugar à convicção C que provoca o comportamento B. Esta situação corresponde à afirmação de que “as pessoas fazem B porque creem em C”.

**Quadro 2 – As três configurações básicas do modelo causal: esquema de triângulos**

C	C	C
(I)	(II)	(III)
A                      B	A                      B	A                      B

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Weber tampouco afirma que o desenrolar de uma ação possa ser sempre compreensível em todos os seus aspectos; os efeitos da ação, por sinal, de modo nenhum. Nos casos I e II de Pareto, trata-se de desenvolvimentos

os parágrafos I a II. Tais assuntos são tratados pelo próprio Weber (1956, p. 9) nos §I e 10 de *Wirtschaft und Gesellschaft* (WuG). (WEBER, 1956)

25 Ver Gert Albert (2002, p. 625 ss.) e especialmente p. 627.

da ação que, de todo modo, requer ainda a compreensão psicológica. Pode-se também mencionar que o caso I representa a ação tradicional de Weber e o que caso II representa a ação afetiva. E ambas as ações que estão no limite do compreensível. O aspecto comum de ambas é que nelas as razões *não* funcionam como causas e, eu acrescentaria: porque aqui fracassa todo tipo de orientação *consciente* segundo regras. Isso é diferente no caso III. Aqui existem razões compreensíveis, subjetivamente buscadas, seja na forma de motivações baseadas em máximas finais ou em máximas normativas. É esse o pano de fundo da distinção que Weber faz entre ação racional com relação a fins e ação racional com relação a valores, ponto que retomarei no item 7. Nesse momento, impõem-se três conclusões: 1. A compreensão é indispensável para uma ciência da ação, mas a compreensão não é tudo. A compreensão e a explicação não são congruentes. Sem dúvida, “a sociologia pode rebelar-se”, diz Weber (1968, p. 436) no artigo sobre as categorias, contra a suposição de que a “compreensão” e a “explicação” causal não têm nenhuma relação entre si, por mais que seja correto afirmar que toda esquisa começa sempre em algum destes opostos, pois a frequência estatística de um comportamento não faz com que esta seja o minimamente mais “compreensível” e a compreensibilidade ótima enquanto tal não significa nada para a frequência”. 2. O conceito de sentido que Weber emprega em sua teoria da interpretação abarca não apenas o sentido de um texto e de uma ação, como também é concebido de forma mais ampla que o conceito de regra, o conceito de linguagem e o conceito de psíquico. No artigo sobre Stammler, Weber rechaça toda limitação desse tipo. 3. A teoria weberiana sobre o motivo e a compreensão (interpretação de razões com sentido) pode ser modernizada com a ajuda das novas filosofias da interpretação, do significado e da ação. Penso, em primeiro lugar, na posição de Donald Davidson<sup>26</sup>.

## 2.4 Racionalismo heurístico

A sociologia compreensiva e, por essa razão, também explicativa, pelo fato de que considera as razões como causa, deveria aspirar ao máximo grau possível de adequação de sentido. Porém, como já afirmado, adequação

26 Podemos recorrer à compilação de artigos de Donald Davidson (1990a, 1990b). As análises que considero pertinentes são, em relação à primeira publicação; sobretudo, o artigo “Handlung, Gründe und Ursachen” e, da segunda, em particular, “Radikale Interpretation”. Sobre o mesmo assunto, ver ainda Jens Greve (2003).

de sentido e adequação causal não são sinônimos. A adequação de sentido formula um desenrolar possível da ação que pode estar mais ou menos próximo do empírico. Weber (1956, p. 10, §1, 11) afirma que se alcança de maneira mais plena a adequação de sentido “nos conceitos e regras racionais” (racionais com relação a fins e valores). E ele diz expressamente tanto nos conceitos como nas regras racionais com relação a fins e valores, o que significa que ele não privilegia nenhum dos dois tipos de racionalidade. Essa constatação é fundamental, tendo em vista que, nos seus textos iniciais, ainda se manifesta a tendência de, por razões heurísticas, conceder certa prioridade ao esquema de interpretação racional com relações afins em relação a outros esquemas de interpretação. Esse fato também fica evidente no artigo sobre as Categorias, no qual o esquema da racionalidade objetivamente correta é privilegiado. Isso ocorre porque, no caso da racionalidade com relação a fins, o participante (subjetivo) e o observador (objetivo) utilizam o mesmo padrão de validade. Como ela é compartilhada intersubjetivamente, o observador pode analisá-la e ao mesmo tempo criticá-la, com a aceitação do participante. No entanto, nos *Soziologische Grundbegriffe* esta construção é abandonada. Aqui ele acentua, com muito mais clareza, o caráter metodologicamente igualitário dos conceitos e das regras da parte do observador, seja ela racional com relação a fins ou valores, e também do caráter subjetivo das razões do participante, como as de natureza racional com relação a valores ou fins. Da mesma forma, ele assinala que não apenas para os desenvolvimentos racionais da ação mas também para os irracionais ou não racionais faz-se necessário construir, por razões heurísticas, conceitos adequados ao sentido, ou seja, tipos ideais; mas, isso não implica, de forma nenhuma, assumir o pressuposto sobre o “predomínio fático do racional sobre a vida” (WEBER, 1956, p. 3, §1,3).

## 2.5 Individualismo metodológico

Esta insistência sobre os conceitos *construtivos* dos sentidos imaginados *possíveis* conduz Weber a defender que a sociologia, além do racionalismo heurístico, deve adotar também o individualismo metodológico. De fato, “só uma ou várias pessoas *individuais*” (WEBER, 1956, p. 3, §1,3) podem atuar com sentido. Em princípio, pode até parecer demasiado simplista atribuir apenas às pessoas naturais a capacidade de agir e de falar

[competência linguística e capacidade de agência], pois também temos que lidar continuamente com agentes coletivos, por exemplo, pessoas jurídicas ou estruturais sociais de todo tipo. Porém, mesmo quando falamos de sua ação, nós nos deparamos com atribuições que, em última instância, dizem respeito às pessoas naturais. A capacidade de agir e de falar desses agentes coletivos sujeita-se a um “como se”; contudo, não significa que o objeto de explicação da sociologia, o *explanandum*, seja exclusivamente a ação individual. O objeto de explicação costuma ser, em regra, um fenômeno macro, um comportamento sistêmico, como o chama James Coleman (1991, p. 2)<sup>27</sup>. Individualismo metodológico significa apenas que, em princípio, a análise das estruturas e dos processos macrosociais deve contar com fundamentos micro. Nesse caso pode-se defender, ainda, um individualismo metodológico pragmático no qual a profundidade dos fundamentos micro varia em função do problema explicativo em questão (COLEMAN, 1991, p. 7).

## 2.6 Análise de múltiplos níveis

Somos conduzidos, portanto, à análise de múltiplos níveis. Individualismo metodológico e análise de múltiplos níveis estão intimamente relacionados. Weber não utiliza esses conceitos, embora trate de ambos os temas, o que fica particularmente evidente a partir de um estudo que, a primeira vista, parece bastante distante do que aqui está sendo tratado. Trata-se da série de artigos denominados “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, de 1904 a 1905, nos quais Weber começou a trabalhar na mesma época do artigo sobre Roscher e cuja primeira parte publicou pouco depois do artigo sobre a objetividade, usufruindo, assim, de sua própria reflexão sobre a lógica da observação histórica.

O primeiro a afirmar que o estudo sobre o protestantismo ascético serve como ilustração da inter-relação entre individualismo metodológico e análise de múltiplos níveis foi David MacClelland (1961). Depois, a tese foi adotada por diversos outros atores, entre eles James Coleman (1991) e, na sua forma mais consequente, por Hartmut Esser (1993). MacClelland já tinha ressaltado que o modo como a ética religiosa do protestantismo ascético tinha produzido o “espírito” do capitalismo moderno não é, em absoluto,

---

27 James Coleman fala da análise interna do comportamento de sistema.

direto, mas indireto: ele ocorre mediante um processo de aprendizagem pelo qual se inculca nos agentes uma motivação de fundo religioso para o lucro. Apenas depois disso é que pôde surgir o “espírito” do capitalismo moderno<sup>28</sup>. Coleman interpreta mal Weber (pois fala do capitalismo como *explanandum*, coisa que Weber rechaça expressamente), ainda que apresente de maneira formalmente correta as transições macro-micro e micro-macro, como também a interrelação micro-micro<sup>29</sup>. É apenas em Hartmut Esser (1993, p. 100) que podemos encontrar uma análise formal e materialmente precisa do modelo de explicação que Weber utiliza em seus estudos sobre o protestantismo. Hartmut Esser (1993) enxerga, na explicação dada por Weber, a efetivação de um autêntico modelo de análise sociológica. Esse seria sempre um modelo de múltiplos níveis. Independentemente do nível de análise escolhido (individualismo metodológico pragmático), a explicação de um macrofenômeno deve transcorrer sempre a partir do nível anterior, ou seja, da lógica da situação (supraindividual) passando à lógica da seleção, até atingir a lógica da agregação ou transformação. Podemos até discutir se o mais adequado seria falar em lógica, mas, por hora, deixemos isso de lado<sup>30</sup>. Mais decisivo, como formula Esser (1993), é que a explicação sociológica de um *explanandum* consista na resposta sucessiva e combinada para três questões: 1. Na *descrição* tipificadora de situações sobre as *hipóteses pontes*; 2. Na *explicação* da seleção de ações por parte dos agentes com base em uma *teoria geral da ação*; 3. Na *agregação* das ações individuais ao *explanandum* coletivo com base em *regras de transformação*. Portanto, a explicação sociológica exige um intercâmbio metodológico controlado entre o nível macro e o nível micro.

28 Conferir David C. MacClelland (1961). O caminho se inicia como os valores protestantes da autoconfiança (self reliance), passando pelo estilo educativo adotado pelos protestantes (educação para a independência e disciplina) como princípio educativo, chegando com a agregação dessas ações, até o espírito do capitalismo moderno. MacClelland estabelece, aqui, uma conexão indireta mediada por uma teoria da socialização. A partir dos textos pedagógicos procedentes do círculo do protestantismo ascético – fundamentais para a análise weberiana – podemos concluir que, de forma nenhuma, trata-se de um modelo a-histórico. Sobre este ponto Volker Lenhart (1998).

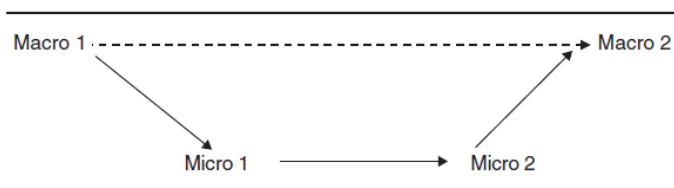
29 Ver James S. Coleman (1991, p. 10).

30 Há uma diferença se nos referimos à lógica ou a definição da situação. Se partimos, como Popper, da lógica da situação, o sujeito que atua somente pode adaptar-se racionalmente a essa situação. Era dessa maneira, por sinal, que Weber interpretava a economia política teórica de sua época. Mas, quando se parte da definição da situação, supõe-se que, apesar do caráter supraindividual da situação, também os processos de negociação sobre sua determinação podem ter um papel importante. Esse pressuposto é adotado por uma teoria do ator orientado segundo regras.

Dessa maneira, é a teoria geral da ação que constitui o núcleo da explicação (ESSER, 1993, p. 97). De fato, no estudo que Weber faz sobre o protestantismo ascético e o espírito do capitalismo, é possível localizar claramente este modelo explicativo. De qualquer forma, ele é muito mais sutil do que aparece representado nos autores acima mencionados. Em primeiro lugar, cabe lembrar que Weber (1920, p. 12) investiga aqui somente um lado da relação causal, como ele mesmo; depois, expressa: a influência de uma religião cultural sobre a disposição econômica; porém, “não o condicionamento econômico de classe (e de ordem) desta religião cultural” (ESSER, 1993, p. 97). Também não se pode ocultar, nessa apresentação formal, um nível intermediário: a adaptação do modelo de interpretação religiosa às necessidades dos crentes de uma certeza acerca da própria salvação. Portanto, é necessária uma dupla mudança de nível para explicar o surgimento do espírito do capitalismo moderno. Isso não contradiz, em absoluto, a estrutura básica da explicação sociológica, bastando ampliá-la horizontalmente com uma nova sequência e verticalmente com a distinção entre os níveis (ESSER, 1993)<sup>31</sup>.

Dessa forma, surge formalmente o seguinte modelo de explicação (as setas assinalam os passos necessários da explicação e as linhas pontilhadas os não refletidos).

### Quadro 3 – Modelo macro-micro-macro.



*Fonte: Elaborado pelo autor (2020).*

31 Conf. Hartmut Esser (1993, p. 102-118). Na diferenciação de níveis é possível distinguir, ainda, o nível da ordem e o nível da organização e classifica este último no nível intermediário. A sequência 1. macro > 1. micro > 2. micro > 2. macro também pode ser interpretada, formalmente, segundo o esquema H – O, como o faz Esser: ponto de partida, lei geral e explanandum, sendo que este se converte, no passo seguinte, no ponto de partida da explicação. Contudo, é preciso lembrar que a lei geral, neste caso, é apenas uma “lei de ação” de maneira tal que o esquema pode ser formalmente apresentado da seguinte forma: X tem como objetivo realizar F; X está convencido de que somente pode concretizar F se realiza H; X realiza H. Ver, ainda, meu artigo *Handlung und Strukturtheorie nach Max em Schluchter* (2000, p. 86 ss, especialmente p. 95).

O decisivo para a continuidade de nossa discussão, contudo, é o fato de que o espírito do capitalismo tinha, em seu início, microfundamentos valorativos. Ele não se explica apenas com base nos interesses calculistas dos atores sociais. Isso nos leva de volta para as premissas epistemológicas da teoria da ação da sociologia empírico-compreensiva.

## 2.6 Orientação por resultados ou pelo valor intrínseco

A partir dos conceitos de “compreensão explicativa” e “racionalismo heurístico” já tratamos das premissas de uma teoria epistemológica da ação, ainda que exclusivamente de um ponto de vista metodológico. Dessa forma, observa-se que hipóteses interpretativas não devem ser assimiladas às hipóteses nomológicas: leis naturais e “leis” da ação, sejam elas estritas ou meramente empíricas (leis probabilísticas), são coisas totalmente distintas. Também já assinalamos a equivalência hierárquico-metodológica entre os esquemas de interpretação racionais com relação a fins e valores, pelo menos no que tange aos *Soziologische Grundbegriffe*. Quando comparamos o artigo sobre as categorias de 1913 com os *Soziologische Grundbegriffe*, parece estar justamente aí a inovação decisiva em relação ao método.

Do ponto de vista do conteúdo – como, aliás, já mostra o estudo sobre o protestantismo ascético – Weber se interessou desde cedo pelo caráter não redutivo dos *standarts* valorativos aos *standarts* finalísticos de orientação da ação. O “espírito” do capitalismo moderno tinha, em sua origem, microfundamentos racional-valorativos e não racional-finalísticos. De início, Weber ainda não utilizava estes conceitos. No entanto, no artigo sobre Stammerl, no qual ele trata detalhadamente do conceito de regra e de seus diferentes significados, ele introduz a diferenciação entre ações conduzidas por regras que são máximas finais ou máximas valorativas. Em ambos os casos, trata-se de ações passíveis de racionalização tanto na perspectiva do observador (esquema de interpretação racional) quanto na perspectiva do participante (formas de orientação de ação racionais). Essa explanação de conteúdo já antecipa seus pontos de vista metodológicos.

No entanto, aqui ainda existe certa confusão de conceitos, visto que os termos “valor” e “fim” possuem uma dupla face. “Fim” significa, por um lado, a especificação de um “valor” como antecipação de algo que se deseja



(não do desejável). Esse conceito é importante quando, na discussão sobre os valores, Weber diferencia entre valores de resultado e valores de convicção que precisam ser transformados em fins para tornarem-se elementos relevantes da ação. “Fim”, por outro lado, expressa o fato de que toda ação apresenta uma estrutura teleológica, ou seja, que sempre se pode (e deve) pensar as categorias de fim e meio. “Valor”, por sua vez, pode ser definido – conforme já dito – como o que merece ser desejado, algo que, em Weber, não se limita à “ética”. Porém, “valor”, por outro lado, também é um *standart* de orientação com o qual se formulam mandamentos ou exigências ao agente que crê, a propósito de tais mandamentos e exigências, que “o valor intrínseco incondicionado de um comportamento determinado” deve ser seguido “puramente enquanto tal e independente do resultado” (WEBER, 1956, p. 12, §2). Quando elegemos este segundo significado, então, fim e valor caracterizam duas orientações da ação que se baseiam em distintas máximas de ação: por um lado, baseia-se em regras técnicas; por outro, em regras normativas<sup>32</sup>. Em outra ocasião, Weber (1968, p. 183) define o “fim” como “a representação de um resultado que se converte em motivo de uma ação”<sup>33</sup>. Em analogia com isso, proponho definir o “valor” como a representação de uma validade que se converte em motivo de uma ação. Com isso, movemo-nos no nível da ação; em ambos os casos, trata-se da formação de motivos, de razões com sentido, a partir dos quais surge uma ação. Logo, no nível das orientações, estabeleço uma distinção entre a orientação por resultados e orientação por valores intrínsecos que se vinculam com as distintas máximas de ação, com distintas regras de ação: por um lado, com as regras técnicas (de acordo com as regras de sensação e destreza as quais se refere Kant); por outro, com regras normativas no sentido amplo. Ambas as orientações e os tipos de regras de ação são suscetíveis de serem racionalizados; porém, não são mutuamente redutíveis. Dessa maneira, a racionalidade com relação a valores não é um modo deficiente da racionalidade com relação a fins – como de vez em quando se afirma – e racionalidade com relação a fins não é um modo deficiente de racionalidade com relação a valores ou de uma racionalidade mais ampla:

---

32 Essa diferenciação também pode ser encontrada em Émile Durkheim (1967, p. 92 ss), embora ele não empregue o termo regras normativas e sim regras morais.

33 Definição que já encontramos no artigo sobre a objetividade de Weber (1968, p. 183).

a racionalidade comunicativa. A comunicação é importante para a racionalização de ambos os tipos de regras e orientações, conforme mostrarei em breve. No momento, prefiro colocar em relevo outra conclusão; e esta se refere à famosa e desacreditada diferenciação weberiana entre ética da convicção e ética da responsabilidade. Normalmente se afirma que a ética da convicção é racional com relação a valores e a ética da responsabilidade racional com relação a fins. Trata-se de um erro, pois, se assim fosse, a ética da responsabilidade seria uma ética do resultado quando ela é, sem dúvida, uma ampliação e aprofundamento da ética da convicção. Nenhuma das duas fundamenta-se exclusivamente na destreza ou na sensatez e, em última instância, no resultado<sup>34</sup>.

Estas reflexões conduzem à seguinte classificação da ética da convicção e da ética da responsabilidade na tipologia das orientações da ação:

**Quadro 4 – Classificação da ética da convicção e da responsabilidade na tipologia das relações de ação.**

<b>Critérios</b>	<b>Tipos</b>		<b>Procedimento metodológico</b>
Livre de sentido ou dotada de sentido	Comportamento reativo	Ação	Explicação observadora em conexão com a compreensão psicológica enquanto compreensão da motivação
Habitual ou não	Ação tradicional		
Espontânea ou orientada segundo regras	Ação afetiva		Compreensão pragmática em conexão com a compreensão psicológica enquanto compreensão da motivação
Orientada por máximas finais ou máximas normativas	Ação racional com relação a fins	Ação racional com relação a valores	
Conduzida segundo o valor da convicção ética em conexão com o valor de resultado ou exclusivamente segundo o valor de convicção	Ação segundo a ética da responsabilidade	Ação segundo a ética da convicção	

*Fonte: Elaborado pelo autor (2020).*

34 Considero detalhadamente a discussão sobre ética da convicção e da responsabilidade em Schluchter (1988, vol. I, cap. 3). O assunto é retomado, também, em Schluchter (2000, p. 22 ss), em Agathe Bienfait (1998, p. 11 ss) e, em geral, em Agathe Bienfait (1999).

Neste ponto, a diferença da teoria weberiana com a teoria do agente maximizador de interesses fica ainda mais clara: a ação orientada ao valor intrínseco, ou seja, que em última instância é racional com relação a valores, não é uma variante do cálculo de utilidade. Um programa de pesquisa weberiano deve superar este reducionismo que encontramos, sobretudo, na perspectiva econômica. Isso não significa que se devam ignorar os progressos que se produziram na teoria econômica recente no tocante à compreensão da racionalidade estratégica, principalmente nas análises da teoria dos jogos. O que Weber chamava de racionalidade com relação a fins orientava-se, ainda, pela racionalidade paramétrica e não pela racionalidade estratégica. Neste ponto, um programa de pesquisa weberiano não precisa mais ater-se a Weber. No entanto, a exigência de um conceito amplo de racionalidade que não trate a orientação da ação por resultados ou por valores, ambas suscetíveis de serem racionalizadas, de forma reducionista, ainda continua válida.

## 2.6 Discussão sobre o valor

Para tornar possível este conceito ampliado de racionalidade, existe um processo denominado por Weber de discussão sobre o valor. Este processo tem certa semelhança com a teoria do discurso na qual se funda a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, sem que se deva esquecer, evidentemente, a nítida diferença que existe entre ambas. Ela diz respeito ao lugar ocupado em ambas pelo conceito de comunicação.

Do acervo da filosofia dos valores de sua época, Weber (1968, p. 123) adota conceitos como “valor”, “relação de valor”, “interpretação de valor” ou “análise de valor”, às vezes caracterizado como dialéticos, além do conceito de “discussão sobre o valor”<sup>35</sup>. A relação de valor e a análise do valor (interpretação de valor) destacam-se aqui por seu tratamento “técnico”. A relação de valor se refere a contextos *históricos* e à análise de valor, ao contrário, a contextos *intelectuais*. A explicação dos segundos pode ser útil para a explicação dos primeiros, já que pela análise de valores, segundo

---

35 Também existem outras aplicações do conceito de valor, por exemplo, em relação com o conceito de ideia de valor cultural. Não discuto aqui quais destes termos são criações originais ou são adotadas por Weber. Acerca das distintas orientações da filosofia do valor e sua influência no final do século ver Herbert Schädelbach (1983).

Weber, se desenvolve também relações de valor que tornam possível a investigação histórica. No entanto, a análise de valor não se reduz a isso. Ela também torna possível uma sensibilização dos valores, ou seja, ela fomenta a autorreflexão dos participantes, já que ela é um meio para aprender a ver nossas posições segundo a perspectiva do outro, ou seja, ela exige, em certa medida, a assunção de uma nova perspectiva.

A comunicação é um conceito central na discussão teórica atual. Luhmann e Habermas desenvolvem, cada um a seu modo, uma teoria da comunicação: um, segundo a teoria dos sistemas; outro, segundo a pragmática universal. Um mediante a conexão entre o conceito de comunicação e sistema, e outro conectando o conceito de comunicação com o de ação<sup>36</sup>. Para mostrar a diferença entre ambos e delimitar um ponto de partida com base em Weber, será particularmente útil orientarmo-nos segundo o modelo de funções da linguagem de Karl Bühler. Em Habermas, este modelo serve explicitamente como ponto de partida (KRÄMER, 2001).<sup>37</sup> Para Luhmann (1986), os sistemas sociais consistem em comunicações que se conectam entre si. A constelação básica é caracterizada pelo mutualismo e pela dupla contingência. São necessários pelo menos dois sistemas psíquicos (*ego* e *alter*) que se relacionem entre si. Eles são considerados *black boxes* pois não são mutuamente transparentes e cada um deles representa, para o outro, seu meio-ambiente. Uma caixa preta produz um ruído que a outra entende através do manejo da diferença entre uma comunicação e uma informação, enquanto proposta de comunicação. Ela pode estabelecer uma conexão ou não. Se ela a rejeita, não surge nenhum sistema social. Não importa se a “caixa” preta que se conecta interpreta “corretamente” o conteúdo da comunicação ou mesmo se ela foi entendida corretamente (não existe nenhuma pressuposição de consenso). Além disso, ela pode conectar-se com a comunicação ou com a informação. No primeiro caso, trata-se de uma experiência; no segundo caso, de uma ação. De qualquer maneira, o principal é que ela siga adiante e sustente o fluxo da comunicação<sup>38</sup>.

36 Não se pretende oferecer uma interpretação destas “grandes teorias”. Os pontos de vista da teoria da comunicação são comparados de forma clara e muito pertinente em Sybille Krämer (2001, capítulos 5 e 9).

37 Remeto-me apenas a Jürgen Habermas (1988, p. 105 ss).

38 Sobre este ponto veja-se a passagem de Niklas Luhmann (1986, 155 ss).

Enquanto Luhmann minimiza o potencial de racionalidade da comunicação, Habermas tende a maximizá-lo. Seu modelo de comunicação não só sustenta a racionalidade em toda sua amplitude como também sua pretensão de universalidade. Em vez de interpretar de maneira exacerbada o modelo de Bühler (que Luhmann não emprega) de acordo com a teoria dos sistemas, Habermas oferece uma interpretação baseada na pragmática universal que não oculta a intenção comunicativa de ego e que parte da dupla estrutura do discurso, ou seja, com um componente ilocucionário – que funda a conexão – e outro proposicional. Em todo discurso proposicionalmente diferenciado – pressupondo que o jogo linguístico seja compreensível – se apresentam basicamente três exigências de validade e se estabelecem três relações com o mundo: também se busca o acordo da outra parte da interação. Em cada ato de fala individual aparecem, em *primeiro* plano, por certo, uma exigência de validade e uma relação com o mundo, sem dúvida, ainda que, ao final, todas estejam sempre em jogo. Se o ego efetua um ato de fala que contém uma intenção comunicativa, isto se encontra unido, então, a uma proposta para o alter, a fim de que este tome posição, respondendo sim ou não. Enquanto as partes atuam orientadas ao entendimento mútuo – e devem fazê-lo se não querem cair em uma contradição performativa – introduzem um compromisso de fundamentação, de justificação ou de comprovação. Eles devem intercambiar seus argumentos até que consigam estabelecer um acordo racional, o que, em princípio, ainda que não em termos fáticos, é sempre possível.

Esta interpretação do modelo de Bühler em termos de pragmática universal e teoria dos atos de fala está muito mais próxima do programa de pesquisa weberiano do que aquela que, a partir da teoria dos sistemas, é feita por Luhman, tendo em vista o fato de que nela a comunicação está vinculada com a comunicação e não com o sistema. No entanto, na perspectiva de Weber, a interpretação de Habermas é considerada muito “forte”. É certo que a aclaração da discussão sobre o valor, a partir da teoria do sentido, que aqui proponho, também deve partir da dupla estrutura do discurso e das três exigências de validade e de relação com o mundo; porém, em comparação com o modelo desenvolvido por Jürgen Habermas, ela organiza de uma forma diferenciada quatro inter-relações: 1. A inter-relação entre a orientação a compreensão e o acordo; 2. A inter-relação entre a ação

linguística e ação efetiva; 3. Os compromissos de fundamentação, justificação e comprovação; 4. A conexão entre ação linguística e ação afetiva: em certos casos, de maneira interna, mediante a persuasão, em outro, de maneira externa, mediante o estímulo à sanção. Mas, tudo isso somente pode ser aqui indicado, porém não desenvolvido. Para isso teríamos que, primeiramente, apresentar de forma extensa a teoria de Habermas, levando ainda em conta as revisões que ele fez de seu esboço originário desde 1981, ou seja, desde a publicação da *Teoria da ação comunicativa*<sup>39</sup>. Entretanto, o decisivo é que se interpretamos a comunicação da discussão sobre o valor a partir da teoria do sentido, fica claro que se podem obter pontos de partida reflexivos não só para a pesquisa científica mas também para a formação racional de motivos. A racionalização da orientação ao resultado e ao valor intrínseco têm lugar, então, no *medium* das discussões sobre o valor.

## 2.7 Luta de Classes e de Estamentos, bem como de Ordem e Organização

Como expusemos até agora, um programa de investigação weberiano está comprometido com o individualismo metodológico pragmático e com a análise de múltiplos níveis. Isso requer conceitos específicos para cada nível de análise, como explica Weber em seus *Soziologische Grundbegriffe*. Neste contexto, destaco ainda mais quatro pontos, nem todos presentes nos *Soziologische Grundbegriffe*: 1. A posição central do conceito de luta; 2. A ênfase sobre as disparidades verticais (classes e estamentos); 3. A ênfase sobre as disparidades horizontais (ordem e organização); 4. Estratégias de inclusão e exclusão.

Para Weber, as relações sociais não são apenas relações de solidariedade, elas são também relações de luta – esta que pode ser violenta ou pacífica. Independentemente do modo como ela se realiza, ele conduz a uma seleção social pelo fato de que “[...] um determinado tipo de ação é suplantado, no curso do tempo, por outro, seja da parte dos mesmos indivíduos ou de outros”, o que, em última instância, significa uma “seleção de *tipos* humanos” (WEBER, 1956, p. 21, §8,3). Por esta razão, existe sempre uma

---

39 Penso, por exemplo, em Jürgen Habermas (1996, p. 66 ss; 1999).

desigualdade social entre as pessoas e ela possui uma dimensão vertical e outra horizontal.

Weber ampliou o conceito marxista de classe (classes possuidoras e assalariadas) e o completou através do seu conceito de estamentos (estamentos profissionais e estamentos de estilos de vida). Não tratarei desse ponto, pois entendo que outro seja ainda mais importante. Não é nada casual que a contribuição de Max Weber ao *Grundriss* levasse o título de “*Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte*” que eu recomendaria ler da seguinte forma: “[...] a economia e as ordens e os poderes sociais em sua relação com as demais ordens e poderes sociais”. De fato, existe aqui um modelo de diferenciação de ordens (consequentemente, também de diferenciação de organizações e associações) que, de maneira interessante, se distingue das demais teorias da diferenciação social usuais na sociologia. Encontramos isso exposto de forma detalhada em Thomas Schwinn (2001)<sup>40</sup>. Em primeiro lugar, deveria ser utilizado, em lugar do conceito de sociedade, o de configuração de ordens<sup>41</sup>. O que varia é a constelação (parcial) dessas ordens. A esse modelo de diferenciação se agrega, também, a tese da luta entre elas (e as organizações). As ordens nem sempre colaboram entre si, elas também se obstruem ou permanecem indiferentes entre si. Aqui também se trata do problema dos efeitos externos *negativos* da ação no marco de determinadas ordens, por exemplo, da ordem econômica, e da pergunta de como enfrentar esse problema. Quanto mais avança a diferenciação entre as ordens, mais difícil se torna o problema da coordenação. No marco de uma teoria sobre a diferenciação de ordens, pressupõe-se, certamente, que a ordem jurídico-política, ou, segundo os conceitos de Weber, o Estado Constitucional como Estado institucional e fiscal – tem uma tarefa insubstituível<sup>42</sup>. Nesse contexto, o modo como se produz essa

40 Ver “Differenzierung ohne Gesellschaft” (Schwinn, 2001).

41 Foi o que propus já em 1979 no capítulo quarto de *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus* (SCHLÜCHTER, 1979, p. 39 ss). Ao mesmo tempo utilizo o conceito de “história social” [Gesellschaftsgeschichte], acabando por introduzir, assim, o conceito de sociedade que Weber evitou explicitamente em seus soziologische Grundbegriffe. Essa inconsistência, além de outras razões de conteúdo, foi uma das razões que motivou a mudança de título que efetuei na edição de bolso. A esse respeito ver também a nota número 09.

42 Naturalmente, isso não significa que essa tarefa possa ser desempenhada apenas por um único Estado Nacional, ainda que, como outrora, este acabe sendo o caso, mesmo em um sistema de múltiplos níveis como a UE (União Europeia), onde, apesar de tudo, existe tanto um desnível quanto uma nivelção entre o princípio da

coordenação é uma pergunta de caráter histórico: de maneira puramente negativa (simplesmente evitando perturbações ou bloqueio de uma ordem por parte da outra) ou positiva. Assumindo-se a estratégia de abertura ou fechamento, também se pode dizer, de inclusão ou exclusão, passamos a dispor de um instrumentário passível de aperfeiçoamento para pensar as desigualdades sociais em perspectiva histórica. Essa referência seria muito proveitosa em uma época na qual florescem neste campo análises de estilos de vida desconectadas das condições estruturais<sup>43</sup>.

## 2.8 Personalidade

A desigualdade social, como consequência da luta pela imposição de disparidades verticais e horizontais, de exclusões e inclusões, conduz, como ressaltava Weber, a seleção de tipos humanos. Em sua sociologia comparativa da religião, do direito e da dominação, interessa a Weber saber que tipos humanos, com quais interesses materiais e ideais, por meio de quais imagens do mundo e, ainda, em que condições históricas eles se tornaram dominantes nos principais círculos culturais. São sempre pequenos grupos, ortodoxos ou heterodoxos, negativa ou positivamente privilegiados, cujos membros conseguem “[...] colocar-se em uma constância de seu comportamento interno frente a determinados ‘valores’ e ‘sentidos de vida’ últimos” (WEBER, 1968, p. 132). É nesse sentido que se pode falar de “condutas de vida” ou mesmo de personalidade<sup>44</sup>.

---

comunidade e o princípio da intergovernamentalidade. Também o Estado Constitucional como instituição e o Estado fiscal são medidas “estáveis”. Hoje o Estado é interpretado como uma instituição variável do princípio do direito, da democracia e do bem-estar social (e, em certas circunstâncias, do princípio federativo).

43 Sobre esta problemática, veja-se, especialmente, Hans-Peter Müllers (1992).

44 Busquei desenvolver esta relação nos dois volumes de *Religion und Lebensführung*. Sobre o significado dos movimentos heterodoxos, sobretudo dos sectários, para a dinâmica das culturas da “era axial” ou “culturas axiais”, termo adotado da obra de Karl Jaspers, veja-se Shmuel N. Eisenstadt (2003), em particular o volume I, bem como Eisenstadt (1999). Eisenstadt interpreta as religiões mundiais e culturais tratadas por Weber em *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* como “culturas axiais” que desenvolvem sua própria dinâmica e, da mesma forma, criam uma base de ressonância para a recepção do programa cultural da modernidade, proveniente da Europa Ocidental e das instituições inicialmente associadas a esse programa o que, por sua vez, tendo em vista a difusão desse programa desde seu surgimento na Europa Ocidental, conduz a uma multiplicação da modernidade. Das duas questões postas por Weber, a saber, o surgimento e a expansão da modernidade, Eisenstadt se dedicou a segunda e, neste ponto, foi muito além de Weber. Sobre este ponto ver Shmuel Eisenstadt (2000). Sobre a diferença entre estas duas questões, sugere-se a leitura dos volumes organizados por Hans G. Nutzinger (2002). Obviamente, um programa de pesquisa weberiano não pode limitar-se apenas a questões metodológicas e conceituais, devendo incluir e desenvolver ainda estudos materiais. Tal



O conceito de personalidade, portanto, contém, para Weber, um aspecto histórico que ele aprofunda em seus estudos comparativos. Porém, ele possui também um aspecto normativo que, em última instância, sustenta toda a construção de sua sociologia empírico-compreensiva como teoria da ação, da ordem e da cultura. O homem se torna uma personalidade apenas quando assume uma posição frente ao mundo e concede a este um sentido, atuando de acordo com tal posição. Como ser dotado de razão, o homem pode justificar suas posições. Sem essa capacidade de fundamentar suas posições e sem a disposição para submetê-las a uma discussão racional, não poderia existir nenhuma ciência da cultura. Nesse sentido, não deveríamos ler a conhecida passagem do artigo de A objetividade em termos de filosofia transcendental, mas, de certo modo, de maneira prático-vital, ou seja, de modo antropológico<sup>45</sup>: “o pressuposto transcendental de toda ciência da cultura não é, por exemplo, que nós consideremos valiosa uma determinada cultura ou, em geral, alguma cultura, senão que somos homens culturais, dotados da capacidade e da vontade de tomar posição frente ao mundo e de conceder-lhe um sentido” (WEBER, 1968, p. 180). Esta continua sendo a âncora pela qual pode orientar-se um programa de pesquisa weberiano.

## Referências

- ALBERT, Gert. Paretos hermeneutischer Positivismus. Eine Analyse seiner Handlungstheorie. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v. 54, n. 4, p. 625-644, dec. 2002.
- ALEXANDER, Jeffrey. Analytic debates: Understanding the relative autonomy of culture. In: ALEXANDER, Jeffrey; SEIDMAN, Steven (ed.). **Culture and Society: Contemporary Debates**. Cambridge: University Press, 1990. p. 1-27.
- BIENFAIT, Agathe. Von Immanuel Kant über Georg Simmel zu Max Weber: etappen in Wolfgangs Schluchters “kantianisierende Soziologie”. In: BIENFAIT, Agathe; WAGNER, Gerhardm (ed.). **Verantwortliches Handeln in gesellschaftlichen Ordnungen: Beiträge zur Wolfgang Schluchters Religion und Lebensführung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998. p. 11-34,

---

trabalho é feito por M. Rainer Lepsius que, a diferença de Einsenstadt, se mantém mais próximo de Weber. Ver, sobretudo, M. Rainer Lepsius (1990, 2003). Também os trabalhos de Stefan Breuer podem ser incluídos aqui.

45 Sobre este ponto segue sendo decisiva a tese de Dieter Heinrich (1952). A esse respeito, também minha interpretação em “Max Weber Ausgang eines Denkweges. Zu Dieter Heinrichs philosophischer Ethik” (SCHLUCHTER, 2000, p. 22 ss).

BIENFAIT, Agathe. **Freiheit, Verantwortung, Solidarität**: Zur rekonstruktion des politischen Liberalismus. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1999.

BIENFAIT, Agathe; WAGNER, Gerhardm (ed.). **Verantwortliches Handeln in gesellschaftlichen Ordnungen**: Beiträge zur Wolfgang Sluchters Religion und Lebensführung. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

BORMUTH, Mathias. **Lebensführung in der Moderne**: Karl Jaspers und die Psychoanalyse. Stuttgart-Bad Cannstad: Frommann-Holzboog, 2002.

BURGER, Thomas Burger. **Max Weber's Theory of Concept Formation**: History, Laws and Ideal Types. Durham, NC: Duke University Press, 1976.

COLEMAN, James S. **Grundlagen der Sozialtheorie**. 3 vols. München: Oldenburg, 1991.

DAVIDSON, Donald. **Handlung und Ereignis**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990a.

DAVIDSON, Donald. **Warheit und Interpretation**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990b.

DURKHEIM, Émile. **Soziologie und Philosophie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1967.

EINSENSTADT, Shmuel. **Fundamentalism, Sectarianism and Revolution**: The Jacobin Dimension of Modernity. Cambridge, MA: University Press, 1999.

EINSENSTADT, Shmuel. **Die Vielfalt der Moderne**. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

EINSENSTADT, Shmuel. **Comparative Civilizations and Multiple Modernitie**. 2 vol. Leiden; Boston: Brill, 2003.

ESSER, Hartmut. **Soziologie**: Allgemeine Grundlage. Frankfurt am Main; Nova York: Campus, 1993.

GREVE, Jens Greve. Kommunikation und Bedeutung: Grice-Programm. In: GREVE, Jens Greve. **Sprechakttheorie und radikale Interpretation**. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2003. p. ?

HABERMAS, Jürgen. **Nachmetaphysisches Denken**: Philosophische Aufsätze. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

HABERMAS, Jürgen. Sprechtheoretisch Erläuterungen zum Begriff kommunikativen Rationalität. **Zeitschrift für philosophische Forschung**, v. 50, n. 1/2, p. 65-91, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Wahrheit und Rechtfertigung**: Philosophische Aufsätze. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1999.

HEINRICH, Dieter. **Die Einheit der Wissenschaftslehre Max Webers**. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1952.

KRÄMER, Sybille Krämer. **Sprache, Sprechakt, Kommunikation, Sprachtheoretische Positionen des 20. Jahrhunderts**. (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft). Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2001.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (ed.). **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge, MA: University Press, 1970.

LASK, Emil. Fichtes Idealismus und die Geschichte. In: HERRIGEL, Eugen (org). **Gesammelten Schriften**. Vol. 1. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1923. p. ?

LENHART, Volker. **Protestantische Pädagogik um der "Geist" des Kapitalismus**. Frankfurt am Main: Lang, 1998.

LEPSIUS, Mario Rainer. **Interessen, Ideen und Institutionen**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

LEPSIUS, Mario Rainer, **Demokratie in Deutschland: Soziologisch-historische Konstellationen**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Soziale Systeme: Grundriss einer allgemeinen Theorie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1986.

MACCLELLAND, David C. **The Achieving Society**. Princeton: D. Van. Nostrand, 1961.

MÜLLERS, Hans-Peter. **Sozialstruktur und Lebensstile: Die neuere theoretische Diskurs über soziale Ungleichheit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

NORKYS, Zenona. **Max Weber und Rational Choice**. Marburgo: Metropolis Verlag, 2001.

NUTZINGER, Hans G. **Religion, Wert und Wirtschaft: China und der Transformationsprozess in Asien**. Marburg: Metropolis Verlag, 2002.

RICKERT, Heinrich. **Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung: eine logische Einleitung die historischen Wissenschaften**. Tübingen e Leipzig: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1902.

SCHÄDELBACH, Herbert. **Philosophie in Deutschland, 1831-1933**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1983.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus: eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte**. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1979.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie über das antike Judentum**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie über Konfuzianismus und Taoismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1983.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie über Hinduismus und Buddhismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1984.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Studie Sicht des Islams**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Sicht des okzidentalen Christentum**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1987.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Religion und Lebensführung**: Studien zu Max Webers Kultur und Werttheorie. Vol. I. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Religion und Lebensführung**: Studien zu Max Webers Religions und Herrschaftssoziologie. Vol. II. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Max Weber Gesamtausgabe I/11**: Zur Psychophysik der industriellen Arbeit. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1995.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Physik und Kultur: Max Weber über Psychophysik. *In*: SCHLUCHTER, Wolfgang. **Unversöhnte Moderne**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1996. p. 71-143.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Die Entstehung des modernen Rationalismus**: eine Analyse von Max Webers Entwicklungsgeschichte des Okzidents. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1998.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Individualismus, Verantwortungsethik und Vielfalt**. Weilerwist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

SCHWINN, Thomas Schwinn. **Differenzierung ohne Gesellschaft**: Umstellung eines soziologischen Konzepts. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2001.

WEBER, Marianne. **Max Weber**: Ein Lebensbild. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1926.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. vol. 1. Tübingen: J.C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1920. (RS I).

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. 4. ed. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1956. (WuG).

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 3. Ed., Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1968. (WL).

WEBER, Max. Einteilung des Gesamtwerkes. *In*: WINCKELMANN, Johannes. **Max Weber hinterlassenes Hauptwerk**. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1986. p. 151-155.

WEBER, Max. **Grundriss zu den Vorlesungen über Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie**. Tübingen: J. C. Mohr Siebeck (Paul Siebeck), 1990.

Recebido: 28/04/2020

Aprovado: 04/05/2020

## Action, order and culture: foundations of a Weberian research program

### **Abstract**

More than interpreting, it is necessary to develop Max Weber. Based on this premise, the article situates the current state of the current theoretical discussion in sociology and presents ten key points for the construction of a Weber paradigm or a Weberian research program.

**Keywords:** Max Weber, Paradigm, Action, Order, Culture.